

*Programa de Educação Ambiental do Rio de Janeiro - PEA-RIO*

**Baía de Guanabara**

**Proposta do Projeto de Educação Ambiental**

**Revisão 00**

**Fevereiro de 2017**



**E&P**

## 1. INTRODUÇÃO

O presente documento trata da apresentação da proposta de Projeto de Educação Ambiental para a Baía de Guanabara no âmbito do Programa de Educação Ambiental do Rio de Janeiro (PEA RIO), baseada nas informações obtidas por meio do Diagnóstico Participativo (DP) do PEA RIO na Baía de Guanabara. Destaca-se que o presente documento encontra-se alinhado com as diretrizes da Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA nº 01 e 02/2010, bem como com as Orientações Pedagógicas do Ibama para Elaboração de Programas de Educação Ambiental no Licenciamento de Atividades de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural (IBAMA, 2005).

## 2. CONTEXTUALIZAÇÃO

Para elaboração da presente proposta de projeto foram consideradas as análises resultantes do citado DP realizado entre 2014 e 2016 com os pescadores artesanais das comunidades da Baía de Guanabara.

Estas análises identificaram a interferência na vida do pescador, assim como na sua atividade pesqueira, causada pelas atividades da cadeia de petróleo e gás na Baía de Guanabara, além de diversas questões socioeconômicas (segurança pública, desigualdade socioeconômica, pressões sobre o território, baixa representatividade político-social, saneamento básico e a poluição de forma geral), que impactam o modo de vida deste grupo social. A questão do saneamento básico e poluição se destacou como um problema que interfere de forma direta na saúde do pescador, em suas condições de reprodução socioeconômica e nas relações que este estabelece com o meio ambiente.

Nessa perspectiva, põe-se em evidência a necessidade do fortalecimento econômico, político e social dessas comunidades pesqueiras para participarem ativamente da gestão do seu território, dadas as restrições e pressões sobre a atividade da pesca artesanal, a heteronomia e aparente apatia em relação a esses problemas, a falta de legitimidade e representatividade social, a marginalização do pescador, e principalmente, a pouca participação nas instâncias de decisão no processo de licenciamento ambiental.

O Diagnóstico também revelou que a desigualdade de gênero dentro da cadeia da pesca se apresenta de forma velada, num ambiente ainda predominantemente masculino em sua estrutura organizacional. Percebeu-se também um grau significativo de vulnerabilidade em relação à transmissão dos saberes tradicionais da pesca às novas

gerações, comprometida por diferentes fatores, porém com destaque para a desestruturação social, econômica e cultural dos pescadores, advindas dos processos socioeconômicos que os fragilizam e causam desinteresse dos jovens sobre as atividades pesqueiras, comprometendo a reprodução do grupo social em questão.

### 3. PREVISÃO DO RECORTE ESPACIAL

O território de abrangência da Baía de Guanabara tem como uma das principais características a diversidade de formas de ocupação: áreas urbanas consolidadas com bairros de segmentos médios até áreas de favelas, ocupações por portos, indústrias, áreas de ocupação rarefeita, comunidades pesqueiras e de unidades de conservação.

Inicialmente, as ações serão realizadas em 23 comunidades pertencentes a cinco municípios do entorno da Baía de Guanabara: Rio de Janeiro, Itaboraí, Magé, São Gonçalo e Niterói, conforme definido a partir do Diagnóstico Participativo realizado. Entretanto, considerando-se a abrangência regional dessa proposta de projeto, não haverá restrição à participação de pescadores artesanais de comunidades dos demais municípios do entorno da Baía de Guanabara nas ações do projeto. No **Anexo I** é apresentada a Caracterização das Comunidades.

### 4. PÚBLICO PREVISTO

Entende-se que o público previsto para esse projeto são os pescadores e pescadoras artesanais que usam o espaço marinho da Baía da Guanabara.

De acordo com a média de público presente nas oficinas e reuniões realizadas junto às comunidades, estima-se um público aproximado de 250 pessoas. Ressalta-se, entretanto, que o número de participantes dependerá da resposta desse público à mobilização desenvolvida e da disponibilidade de tempo e seu respectivo interesse sobre o projeto.

### 5. OBJETIVO GERAL

Promover, por meio de processo educativo, o fortalecimento da organização social, política e econômica das comunidades que exercem a pesca artesanal na Baía de Guanabara, a fim de intervirem de forma qualificada na gestão socioambiental do seu território.

## 6. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos desta proposta de projeto são:

1. Estimular a construção participativa de projetos de Geração de Trabalho e Renda com base nas atividades pesqueiras locais e potencialidades do grupo em questão, visando o fortalecimento da cadeia produtiva da pesca e autonomia econômica;
2. Incentivar ações de articulação intercomunitária e interinstitucional que contribuam para troca de experiências e aprimoramento das atividades socioeconômicas das comunidades, formando e fortalecendo o protagonismo político dos sujeitos para atuarem efetivamente em processos de ordenamento territorial, licenciamento ambiental e melhoria da qualidade socioambiental do território onde vivem e desenvolvem suas atividades;
3. Promover processos de valorização e reconhecimento do trabalho de todos os envolvidos na cadeia produtiva da pesca artesanal, estimulando a busca pelos seus direitos, principalmente enquanto categoria profissional, o que inclui a regularização junto aos órgãos oficiais que ordenam a atividade de pesca;
4. Promover a troca intergeracional dos saberes tradicionais pesqueiros visando a permanência e continuidade da atividade pesqueira local, impulsionando novos processos de transformação da realidade dos sujeitos.

## 7. METODOLOGIA PREVISTA

As ações a serem desenvolvidas no projeto proposto constituirão um processo socioeducativo estruturante, ou seja, de fortalecimento socioeconômico e cultural, baseado na construção de um campo de aprendizagem social significativa, que contribua para a intervenção social qualificada. Essa interpretação baseia-se nos pressupostos da Educação Ambiental (EA) no licenciamento e gestão pública (IBAMA, 2002), que se pauta na concepção da EA Crítica<sup>1</sup> (ANELLO, 2009; LOUREIRO, AZAZIEL e FRANCA, 2007; LOUREIRO, 2009).

---

<sup>1</sup> O IBAMA ao tratar da “educação no processo de gestão ambiental” salienta que não se trata de estabelecer um outro tipo de educação ambiental, mas da aplicação dos pressupostos da educação ambiental crítica, transformadora e emancipatória nos instrumentos da gestão ambiental pública. Considerando o posicionamento do referido Órgão Ambiental, convencionamos chamar de “Educação Ambiental Crítica” a proposta de educação exercida nesse PEA, pois para a educação ambiental ser emancipatória e transformadora, ela tem que ser necessariamente crítica.

Tais princípios da EA dialogam com a educação popular (FREIRE, 1981, 1987, 1992), fundamentada na horizontalidade do processo de ensino aprendizagem e no caráter político e emancipatório da educação. A intencionalidade pedagógica adotada nesse projeto visa, portanto, favorecer a emancipação dos grupos socialmente excluídos e vulneráveis, instrumentalizando-os para participação cidadã nos processos decisórios que envolvem a gestão dos territórios onde vivem e atuam. Para que tal proposta se efetive torna-se necessário desencadear processos de formação e empoderamento que favoreçam o acesso e interlocução dessas comunidades às esferas decisórias de gestão pública e ambiental. As ações devem ter como ponto de partida os principais temas identificados no Diagnóstico Participativo (Valorização da Cultura do Pescador, Garantia de Direitos, Geração de Trabalho e Renda, Ordenamento Territorial e Poluição).

O processo socioeducativo será desenvolvido tendo como fio condutor a realização de ações que contribuam para o adequado ordenamento do território, valorização e reestruturação da cadeia produtiva da pesca e constituição de novas alternativas de trabalho e renda, como projetos voltados para os problemas da poluição da baía.

As técnicas utilizadas nas atividades junto aos grupos prioritários serão ferramentas flexíveis e dinâmicas, adaptadas a cada grupo prioritário e se consolidam no momento de sua aplicação e interação com os grupos. Ressalta-se, entretanto, que elementos da Educação Popular como: Círculo de cultura; Temas geradores; Dialogicidade; e Leitura de mundo, serão sempre considerados no planejamento e execução das atividades previstas.

As ações serão estruturadas em seis etapas, sendo que uma delas é transversal e existe sobreposição entre as demais, ou seja, o início da etapa seguinte não implica, necessariamente, no término da etapa anterior. As etapas serão desenvolvidas durante 36 meses, que constituem a Fase 1 do projeto. Apresentam-se a seguir, de forma sucinta, as etapas bem como o respectivo período de implementação:

- a) 1ª Etapa - Inserção Comunitária – do 1º ao 6º mês;
- b) 2ª Etapa - Ações Formativas Estruturantes – do 7º ao 36º mês;
- c) 3ª Etapa - Intercâmbio de Experiências e Encontros Temáticos – do 15º ao 24º mês;
- d) 4ª Etapa - Preparação e realização do Encontro Regional – do 25º ao 30º mês;

- e) 5ª Etapa - Planejamento da próxima fase do projeto – do 31º ao 36º mês;
- f) Transversal – do 1º ao 36º mês.

### 1ª ETAPA - Inserção Comunitária

Essa etapa parte da retomada do contato com as comunidades e as instituições representativas, ou que exercem atividades afins a esse projeto. As atividades previstas envolvem:

- a) *Análise documental*: a ser desenvolvida pelos profissionais que atuarão no campo, para localização de registros das principais políticas, programas, projetos e ações em andamento na região, consultando: Prefeituras Municipais – Secretarias de Planejamento, Meio Ambiente, Agricultura e Pesca, de Educação e de Turismo; órgãos ambientais tais como Instituto Estadual de Ambiente (INEA) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), além de ONGs com projetos em desenvolvimento na região. Esses levantamentos deverão gerar resumos que permitam identificar contribuições e conexões com o PEA, atores chave, passos de trabalho que favoreçam a integração, de modo a subsidiar a articulação institucional para formação de uma rede de colaboradores. Dessa forma, o projeto pode contribuir na mediação entre as comunidades pesqueiras e as políticas públicas de instituições relacionadas à pesca e à gestão socioambiental do território.
- b) *Visitas exploratórias*: a serem realizadas pelos profissionais de campo em todas as comunidades. Nessas visitas serão identificadas as lideranças principais (com base nas informações do Diagnóstico Participativo) e outros possíveis interessados em compor grupo de trabalho para apoiar a organização de Reuniões de Retomada do relacionamento. Será iniciada a mobilização da comunidade para participação, identificação de demandas iniciais, dificuldades e necessidades para viabilização das reuniões.
- c) *Reuniões de Retomada*: consistirá na realização de pelo menos uma reunião em cada comunidade, para apresentação do projeto, devolutiva do DP, levantamento de expectativa dos grupos, priorização de demandas, discussão que inclui a identificação de subtemas; definição de temas prioritários para as *Ações Formativas Estruturantes* (próxima etapa); e montagem de Comissões Comunitárias.

As Comissões Comunitárias serão importantes para ampliar a mobilização de todo público prioritário ao longo da implementação do PEA, identificar as demandas de esclarecimento, resolução de problemas, difusão de todas as atividades, planejamento e organização das ações formativas estruturantes, em conjunto com a equipe executora.

## **2ª ETAPA - Ações Formativas Estruturantes**

Serão desenvolvidas oficinas ou outras ações educativas, que se repetirão ao longo das próximas etapas do projeto. Tais ações formativas objetivam a intervenção social, ou seja, instrumentalização para implementação de atividades e acompanhamento qualificado de processos em curso (arenas públicas). Abordarão formação, qualificação profissional e estruturação comunitária (que se estabelecerá na forma de pré-projetos a serem detalhados na 5ª Etapa - Planejamento da próxima fase do projeto) conforme temas definidos na etapa anterior. As ações serão constantemente avaliadas e poderão ser trabalhadas de forma agrupada (conjunto de comunidades da Baía de Guanabara) ou individualizadas (por comunidade). Deverão orientar a estruturação de atividades de Geração de Trabalho e Renda (GTR) e que contribuam para o fortalecimento comunitário, as quais poderão ser desencadeadas em seguida, de acordo com a demanda de cada comunidade ou grupo de comunidades. Essas atividades visam estimular a participação das comunidades no projeto e atuar como um elemento aglutinador do processo educativo.

Devem ocorrer ações de formação voltadas ao tema “Indústria do Petróleo e Gás e Licenciamento Ambiental”, que terão como finalidade proporcionar uma intervenção mais qualificada do público prioritário em processos decisórios de distribuição de custos/benefícios a partir da exploração de recursos naturais.

## **3ª ETAPA - Intercâmbio de Experiências e Encontros Temáticos**

Esse é o momento de integração e articulação intercomunidades, podendo envolver parceiros estratégicos (rede de colaboradores), acompanhado do processo formativo estruturante, porém em outra escala, que direciona para ampliação do recorte analítico, conforme os temas de interesse pré-definidos e já trabalhados nas etapas anteriores. As ações são descritas a seguir.

- a) *Visitas técnicas para intercâmbio entre comunidades*, conforme temas afins, com vistas a conhecer práticas bem sucedidas, discutir problemas comuns, aprofundar

e debater temas de interesse, estimular a adesão às práticas consideradas significativas para atender demandas de organização comunitária/enfrentamento de determinados problemas, definir temas de interesse comuns de abrangência regional, formação de comissões intercomunidades para organização dos encontros temáticos (comissões temáticas). O número de visitas, bem como o número de participantes em cada visita, será definido de acordo com a demanda identificada pelo público prioritário;

- b) *Encontros temáticos*, para aprofundamento de temas de interesse para a Baía de Guanabara, a serem organizados com representantes das comunidades que apresentem afinidade com os respectivos temas; a organização dos mesmos deve ser construída predominantemente pelas comissões temáticas, visando estimular seu protagonismo, com participação de toda a equipe executora do projeto. O número de Encontros Temáticos, bem como sua duração e número de participantes previsto, serão definidos de acordo com a demanda.

#### **4ª ETAPA - Preparação e realização do Encontro Regional**

Após todo o processo realizado nas etapas anteriores, deverá ser proporcionada condição de intercâmbio entre os participantes do projeto e socialização de todas as atividades desenvolvidas, por meio de um Encontro Regional, contemplando mesas redondas sobre os principais temas que apresentam importância para toda a região.

O Encontro Regional deverá ser organizado por uma comissão a ser formada por membros das comissões temáticas, com previsão de realização de reuniões preparatórias, com participação direta da equipe executora. Para esse encontro deverão ser convidados atores/instituições que se relacionem com os temas a serem abordados, a fim de promover a articulação e o possível planejamento de ações conjuntas que visem atender as demandas do público prioritário. O encontro deve resultar ainda na definição de uma agenda socioambiental que servirá de orientação para elaboração do Plano de Trabalho da próxima fase do projeto. Havendo interesse dos participantes do projeto, nesse evento poderá ser constituído um grupo para discutir a formação de um Observatório da Pesca na Baía de Guanabara, para acompanhar a agenda socioambiental definida no Encontro, bem como monitorar ações em desenvolvimento nesse território, relacionadas às atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás ou a outros setores que de alguma



forma se relacionam com a atividade da pesca artesanal (saneamento básico, fiscalização ambiental, etc).

### **5ª ETAPA - Planejamento da próxima fase do projeto**

Consiste na formulação do Plano de Trabalho para a Fase 2 do PEA BG, com a elaboração de pré-projetos executivos de GTR, contemplando estudos de viabilidade para os mesmos, para aprofundamento das ações estruturantes desenvolvidas na fase 1. Estes pré-projetos poderão incluir, conforme necessidade, aquisição de equipamentos, implantação de estruturas físicas, investimento em consolidação de atividades produtivas desencadeadas anteriormente. A elaboração dos pré-projetos executivos deverá ser desenvolvida a partir da comissão montada para preparação do Encontro Regional, e outros participantes que durante o encontro manifestem interesse em integrar o grupo, e a rede de colaboradores, com coordenação da equipe executora, por meio de realização das seguintes atividades:

- a) *Reuniões de Repercussão do Encontro Regional:* ao menos uma em cada comunidade, para difundir os resultados da etapa anterior e validar temas para os pré-projetos executivos;
- b) *Oficinas de Planejamento:* para formular o plano de trabalho para a próxima fase do projeto e planejar os pré-projetos executivos de GTR (etapas principais e atividades, logística, equipe básica/perfil dos profissionais, dimensionamento de equipamentos e estrutura necessária).

### **ETAPA TRANSVERSAL**

Consiste na formação continuada da equipe executora, com instrumentalização para desenvolvimento de todas as etapas previstas no PEA, avaliação constante e adequação das ações, por meio do sistema de monitoramento e avaliação. A formação da equipe executora será realizada por meio de oficinas trimestrais.

Ressalta-se que ao final da quinta etapa está prevista uma etapa de transição, com duração adicional de seis meses, além dos 36 meses previstos no projeto, e que tem como objetivo manter as atividades básicas em execução e as comunidades mobilizadas no período de contratação da consultoria para a execução da fase seguinte.

## 8. METAS, INDICADORES E RESULTADOS ESPERADOS.

As metas e indicadores a serem utilizados tomarão como base o sistema de avaliação proposto por OGPar/PUC-Rio (2016). Espera-se como resultado do projeto o alcance dos objetivos propostos, que devem culminar no fortalecimento da organização social, política e econômica das comunidades que exercem a pesca artesanal na Baía de Guanabara, possibilitando a intervenção qualificada na gestão socioambiental dos territórios onde vivem e desenvolvem suas atividades.

## 9. PERFIL DA EQUIPE TÉCNICA.

A equipe que irá conduzir este projeto deve ser multidisciplinar, composta por profissionais com conhecimento sobre comunidades tradicionais, metodologias participativas, bem como no desenvolvimento de agendas socioambientais voltados aos interesses de comunidades tradicionais. Profissionais especializados em Educação Ambiental Crítica e profissionais da pedagogia com experiência em educação popular. Deverão compor a equipe, ainda, agentes sociais, membros das comunidades participantes do projeto, que poderão, a partir do conhecimento da dinâmica social estabelecida no território, contribuir significativamente para o adequado planejamento, mobilização e execução das atividades previstas.

## 10. BIBLIOGRAFIA

ANELLO, L. D. F. S. D. **Os programas de educação ambiental no contexto das medidas compensatórias e mitigadoras no licenciamento ambiental de empreendimentos de exploração de petróleo e gás no mar do Brasil: a totalidade e a práxis como princípio e diretriz de execução.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul - FURG. Rio Grande: 2009.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 149 p.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 107 p.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 127 p. Notas: Freire, A. M. A.

IBAMA. Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA nº 01/2010.

IBAMA. Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA nº 02/2010.

IBAMA. Orientações Pedagógicas Para Elaboração E Implementação de Programas De Educação Ambiental no Licenciamento de Atividades de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural. Brasília, 2005.

LOUREIRO, C. F. B. **Educação ambiental no contexto de medidas mitigadoras e compensatórias de impactos ambientais: a perspectiva do licenciamento.** Salvador: IMA, v. 5, 170 p. Série Educação Ambiental. 2009.

LOUREIRO, C. F. B.; AZAZIEL, M.; FRANCA, N. **Educação ambiental e conselho em unidades de conservação: aspectos teóricos e metodológicos.** Rio de Janeiro: IBASE, 2007.

OGPAR/PUC. **Modelo de Avaliação de Projetos de Educação Ambiental em teste para PEAs da Bacia de Campos (Critérios de Referência para Planejamento, Implementação, Monitoramento e Avaliação de PEAs no Âmbito do Licenciamento Ambiental Federal de Petróleo e Gás.** [S.l.]. 2016.

## 11. RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Nome	Formação	CTF	Assinatura
Jacinto Costanzo Júnior	Geólogo – Msc em Geotecnia	309383	
Laura Rocha de Castro	Arquiteta Urbanista – Msc em Arquitetura, Tecnologia e Cidade	562764	
Mary Lima	Comunicadora Social Especialista em educação de adultos	5289039	
Felipe Suenaga	Geógrafo	6354198	
João Paulo Cavalcanti	Sociólogo	6810679	
Fernanda Machado Martins	Geógrafa	581957	